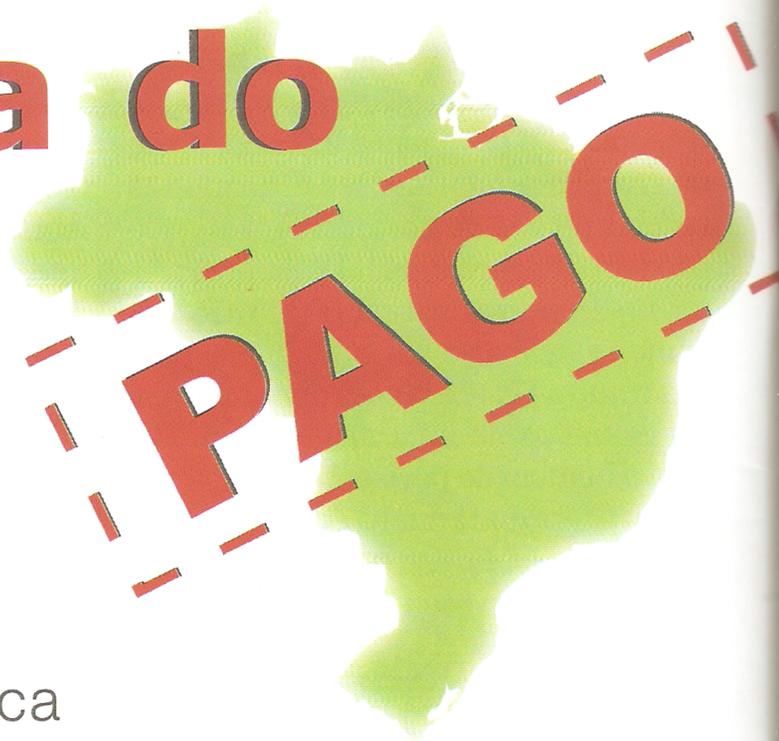


# Execução

# Orçamentária do

# Brasil

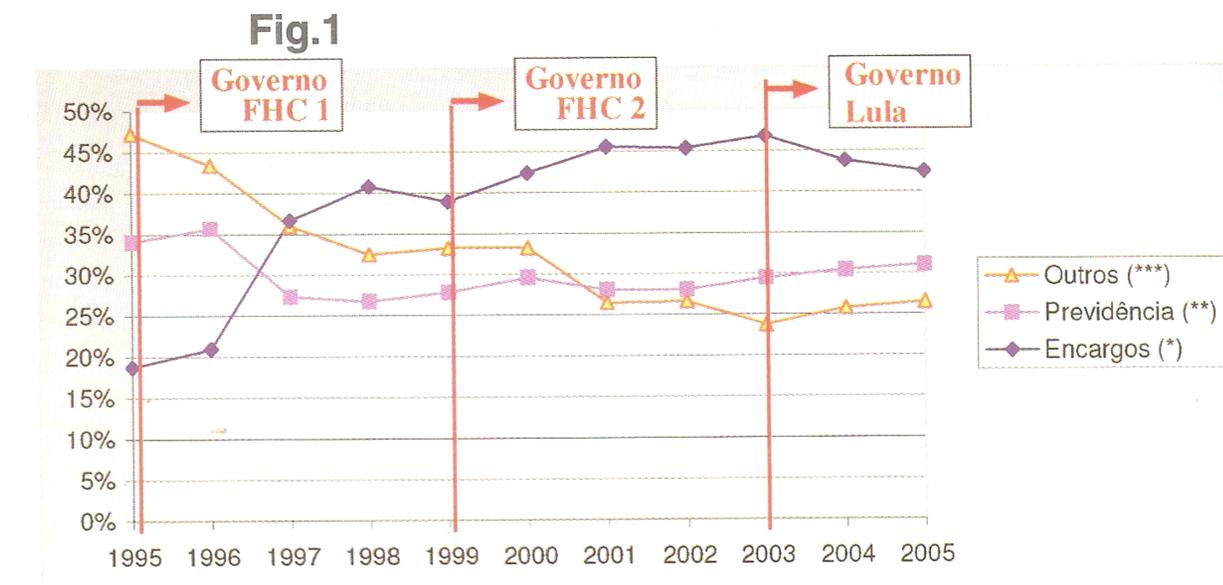


Estudo mostra que País pagou mais de R\$1,2 tri de serviço sobre a dívida pública

O tamanho do Estado e a necessidade de se cortar gastos públicos é um assunto bastante discutido atualmente. Durante a campanha eleitoral, o tema foi colocado em foco por candidatos de diferentes partidos.

O estudo “**Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula**”, divulgado pela DS São Paulo e baseado em dados oficiais, despontou no cenário político nacional, demonstrando que o corte de despesas em infra-estrutura e na área social foi prática sistemática de governo, nos últimos nove anos, e que os encargos da dívida pública são responsáveis pelo aumento da carga tributária.

Um resumo gráfico do trabalho compara, ao longo de onze anos, a evolução de grupamentos das funções do orçamento da União da seguinte forma: **Encargos Especiais** (soma do serviço da dívida interna e externa, transferências para os estados e municípios e outras despesas financeiras); **Previdência Social**; e **Outros - conjunto de todas as demais 26 despesas** (Saúde; Educação; Defesa Nacional; Trabalho; Assistência Social; Saneamento; Urbanismo; Ha-



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br)

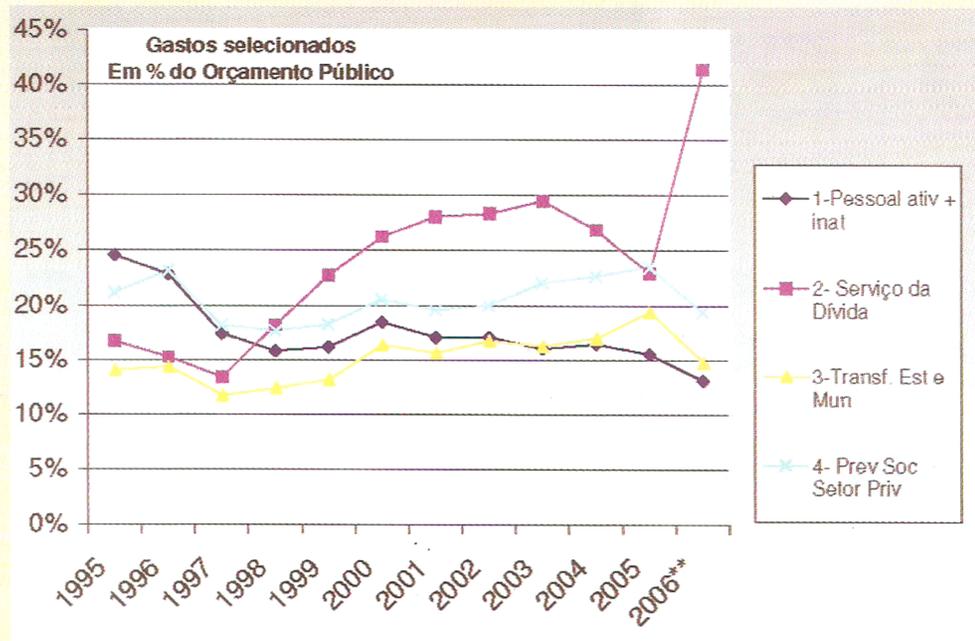
bitação; Energia; Agricultura; Comércio e Serviços; Indústria; Segurança; Transporte; Ciência e Tecnologia; Organização Agrária; Gestão Ambiental; Judiciário; Essencial à Justiça; Administração; Legislativo; Relações Exteriores; Direito à Cidadania; Comunicações; Desporto e Lazer; Cultura).

A partir de 1995, em movimentos sincronizados e opostos, as tendências de despesas com Encargos e com o conjunto dos demais 26 itens do orçamento começaram a se inverter. Observa-se a crescente redução das quantias destinadas às

**Marcelo Guimarães e Silvana Campos, autores do projeto durante coletiva de imprensa realizada na DS/SP**



Fig.2



Despesas selecionadas do Governo Federal: 1- Despesa com pessoal (ativos, inativos e pensionistas); 2- Serviço da dívida (fora refinanciamento); 3- Transferências para Estados e Municípios; 4- Previdência Social para Setor Privado (INSS).

Notas importantes: Os itens (2) e (3) constituem a maior parte (quase a totalidade) dos Encargos Especiais. O item (4) é somente a Previdência do setor privado. A previdência do setor público está incluída no item (1); 2006 apresenta-se com os gastos executados até setembro.

Fonte -[http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/execucao\\_orcamentaria\\_do\\_GF/Despesa\\_Grupo.xls](http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Despesa_Grupo.xls)

demais despesas, passando de 47,2% para 26,49% do orçamento público executado em 2005, em contrapartida ao aumento expressivo dos recursos para os encargos especiais de 18,75% para 42,45%, no mesmo período (fig. 1).

No acumulado das despesas de 2000 a 2005, com uma política econômica equivocada, os encargos especiais consumiram 44,36% do orçamento executado, enquanto, a exemplo, apenas 5,97% foi destinado à Saúde. Ínfimos 2,89% foram dedicados à Educação de um país continental e somente 0,55% foi destinado à Segurança Pública - o que se reflete na

enorme crise de segurança que enfrentam as grandes cidades. O País não cresceu, pois somente 0,5% foi para a Energia, que é insumo básico para o desenvolvimento. E em Saneamento, que preveniria mais gastos com Saúde, chega a ser aviltante: 0,03%.

Passamos ao segundo gráfico (fig. 2) em que está o detalhamento dos Encargos Especiais, grupo de despesas mais crucial em percentual do orçamento de 1995 a setembro de 2006. E que adicionalmente apresenta relevantes informações das despesas (decrecentes) com pessoal do governo federal (1) e com a previdência privada (4).

Importante destacar, a partir de 1997, o salto vertiginoso nos gastos em servi-

ço sobre as dívidas interna e externa (2), com oscilação de 15% a 40% do orçamento, tornando-se a maior fatia dos gastos públicos, exatamente 1,169 trilhões de reais acumulados no mesmo período. As transferências para os estados e municípios (3) permaneceram estáveis, em torno dos 15%; outras despesas financeiras não foram mencionadas por não serem significativas.

Os autores do estudo analisaram soluções habitualmente propostas para a diminuição dos gastos públicos e, conseqüentemente, para a redução da carga tributária, tais como o corte de gastos com a Previdência Social. O estudo publicado demonstra que não é a Previdência nem os investimentos sociais ou em infra-estrutura que pressionam o crescimento da carga tributária. Conclui que a responsabilidade pelo aumento da carga tributária no País é da política econômica que prioriza a dívida pública, em detrimento de todas as outras funções. Também conclui que o endividamento público não se reverteu em benefício para as áreas sociais e de infra-estrutura, mas serviu quase exclusivamente para lastrear o aumento do pagamento de juros da dívida, beneficiando um sistema cada vez mais perverso de concentração das riquezas.

Nessa perspectiva, os autores chamam a atenção para a necessidade urgente de se realizar uma auditoria responsável da dívida pública que explique à nação, como devido, a origem e o destino dos recursos oriundos do endividamento público - nada além do que está previsto na Constituição Federal. No trabalho é lembrado aos leitores que a última auditoria do gênero foi realizada em 1931, quando então, em decorrência, a dívida pública foi significativamente reduzida. ■

## Realização e repercussão

O estudo "Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula" foi elaborado pela diretora de Comunicação da DS/SP, Silvana Mendes Campos, economista (UFE-CE), e por Marcelo Cota Guimarães, engenheiro (ITA), ambos Auditores-Fiscais da Receita Federal.

A divulgação do material foi realizada no dia 23 de outubro, em uma coletiva de imprensa na sede da DS/SP, com a presença de jornalistas dos principais veículos de comunicação do País. O estudo e sua repercussão na imprensa estão disponíveis no site da DS/SP neste endereço: [http://www.unafiscosindical-sp.org.br/noticia/25102006\\_unafisco.htm](http://www.unafiscosindical-sp.org.br/noticia/25102006_unafisco.htm).

